



Assembleia Municipal de Caminha

ATA Nº 33/21-25 SESSÃO ORDINÁRIA 2025/09/26

Aos vinte e seis dias do mês de setembro de dois mil e vinte e cinco, no edifício Valadares, Teatro Municipal de Caminha, reuniu a Assembleia Municipal de Caminha.

Às 21H05M, o **Presidente, Manuel Luis Pires Martins**, abriu a sessão saudando todos os presentes.

Foi entregue ao Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, em cumprimento do disposto no artigo 11º, e n.º 1, do artigo 15º, do Regimento deste Órgão, a comunicação de impossibilidade de presença e respetivo pedido de substituição, do Senhor(a) Deputado(a):

- Joaquim Guardão, Presidente da União de Freguesias de Moledo e Cristelo, foi substituído pelo Secretário, Ernesto João Casal da Veiga.
- Carlos Fernandes Alves de Castro, Presidente da Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora, foi substituído pelo Secretário Luís Filipe Silva Matias.
- Hugo Bezerra Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Dem, foi substituído pela Natália da Silva Pires.
- José Manuel Franco Cunha, Presidente da União de Freguesias de Gondar e Orbacém, faltou.
- João Alberto M.C. Felgueiras da Silva, eleito pelo Partido Socialista, foi substituído por Carlos Gaspar Segadães Carrilho.
- Renata Sousa Monteiro, eleita pelo Partido Socialista, foi substituída por Vítor José Brás Rocha.
- Paula Margarida de Sousa e Almeida, eleita pelo Partido Socialista, foi substituída por Eda Maria Pires Gonçalves.
- Cláudia Pereira Fernandes, eleita pelo Partido Socialista, foi substituída por Joaquim Alves Rodrigues.
- José António Cancela Covelo, eleito pela coligação "O Concelho em Primeiro", foi substituído por Sónia Celeste Rodrigues Fernandes.



Assembleia Municipal de Caminha

- Maria Isabel Dias Lopes, eleita pela coligação “O Concelho em Primeiro”, foi substituída por Alberto Magalhães.

Estavam presentes os elementos do PS, CDU, Coligação “O Concelho em Primeiro”, Bloco de Esquerda e os Presidentes das Juntas de Freguesias, num total de 34 elementos.

O **Senhor Presidente da Mesa** leu a Ordem de Trabalhos, que a seguir se transcreve:

1º - Abertura da Sessão e Informações da Mesa.

2º - Período de Intervenção do Público.

3º - Período de Antes da Ordem do Dia:

- a) – Outros assuntos de interesse municipal a colocar pelos Membros da Assembleia;

4º - Período da Ordem do Dia:

- a) – Apreciação de Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre a Atividade do Município e a Situação Financeira do Mesmo;
- b) – Apreciação, discussão e votação da ata da sessão ordinária de 27 de junho de 2025;
- c) – Apreciação, discussão e votação do Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Caminha e a Junta de Freguesia de Âncora no Âmbito da Educação - Transportes Escolares;
- d) – Apreciação, discussão e votação do Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Caminha e a Junta de Freguesia de Dem no Âmbito da Educação - Transportes Escolares;
- e) – Apreciação, discussão e votação do Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Caminha e a União das Freguesias de Gondar e Orbacém no Âmbito da Educação - Transportes Escolares;
- f) – Apreciação, discussão e votação do Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Caminha e a União das Freguesias de Moledo e Cristelo no Âmbito da Educação - Transportes Escolares;
- g) – Apreciação, discussão e votação do Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Caminha e a Junta de Freguesia de Riba de Âncora no Âmbito da Educação - Transportes Escolares;
- h) – Apreciação, discussão e votação do Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Caminha e a União das Freguesias de Venade e Azevedo no Âmbito da Educação - Transportes Escolares;



Assembleia Municipal de Caminha

- i) – Apreciação, discussão e votação do Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Caminha e a Junta de Freguesia de Vilar de Mouros no Âmbito da Educação - Transportes Escolares;
- j) – Apreciação, discussão e votação do Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Caminha e a União das Freguesias de Moledo e Cristelo para Organização das Atividades de Animação e Apoio à Família;
- k) – Apreciação, discussão e votação do Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil de Caminha;
- l) – Apreciação, discussão e votação da Implementação de Sinalética de Trânsito na Rua do Paço- Freguesia de Âncora.

Em virtude de as reuniões desta Assembleia Municipal serem gravadas, com o registo áudio colocado junto das atas no sítio institucional na internet, e tendo-se em consideração o facto de que, de acordo com o previsto no artigo 3º, nº 1, alínea a), ponto i), da Lei n.º 26/2016, de 22 de agosto, que aprovou o regime de acesso à informação administrativa e ambiental e de reutilização dos documentos administrativos, transpondo a Diretiva 2003/4/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 28 de janeiro, e a Diretiva 2003/98/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de novembro, considera-se como 'Documento administrativo' «qualquer conteúdo, ou parte desse conteúdo, que esteja na posse ou seja detida em nome dos órgãos e entidades referidas no artigo seguinte, seja o suporte de informação sob forma escrita, visual, sonora, eletrónica ou outra forma material, neles se incluindo, designadamente, aqueles relativos a: i) Procedimentos de emissão de atos e regulamentos administrativos». -----

1.º - INFORMAÇÕES DA MESA

O **Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Luís**, deu conhecimento do Despacho n.º 19/2025-PCM, que decretou um dia de Luto Municipal para o dia 25 de setembro, pelo falecimento de Vasco Presa, Deputado Municipal.

2.º- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO



Assembleia Municipal de Caminha

A **Senhora Patrícia Verde**, cumprimentou todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, e disse que mais uma vez se dirige a esta Assembleia para solicitar esclarecimentos relativamente a questões que já tive oportunidade de levantar nas sessões de 29/09/2023, 19/04/2024 e 27/09/2024, em nome de vários encarregados de educação, no que diz respeito às obras de requalificação do edifício escolar. Gostaria de saber se já foi lançado o concurso para estas obras e se o projeto de requalificação contempla as necessidades que tenho vindo a expor, nomeadamente a construção de uma estrutura de ligação entre o edifício principal e o novo, de forma a garantir que os alunos não fiquem expostos à chuva quando se deslocam para o refeitório.

Relativamente à abertura do portão nascente na Rua Cesário Lagido para a entrada e saída dos alunos do primeiro ciclo, que se encontram no novo edifício, também gostaria de saber se há novidades. Além disso, refiro que os equipamentos informáticos continuam insuficientes para todos os alunos.

No que respeita às aulas de educação física, que atualmente decorrem no pavilhão municipal de Vila Praia de Âncora, pergunta se o novo projeto de requalificação inclui a construção de um pavilhão desportivo, que permitiria não só a realização das aulas em condições adequadas, como também a dinamização de atividades lúdicas e de apoio organizadas pela associação de pais.

Relativamente aos pagamentos das refeições escolares, continuam a existir atrasos, situação que tem vindo a alertar, pois até à data, as refeições dos alunos do primeiro ciclo não estão todas regularizadas.

Por último, gostaria de abordar a alteração simplificada do Plano Diretor Municipal de Caminha, que prevê a construção de um empreendimento habitacional privado na freguesia de Âncora, com 102 habitações a custos controlados. Contudo, recorda que aquando da revisão do Plano Diretor Municipal, muitos munícipes viram as suas propriedades fortemente condicionadas, prejudicadas e desvalorizadas. Pergunta, portanto, qual a razão pela qual se pretende valorizar apenas este empreendimento específico e quantas habitações a custos controlados poderiam já ter sido construídas por famílias que, devido à revisão do Plano Diretor Municipal, viram os seus terrenos desvalorizados em termos de índice de construção, sendo reclassificados como espaços florestais, agrícolas ou de baixa densidade. **(áudio 15.56 e 23.37 minutos da gravação)**. -----



Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Deputado Luis Alexandre**, cumprimentou todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, e disse à Senhora Patrícia que, sendo esta a quarta vez que se apresenta ali com as mesmas questões, pergunta se o Senhor Presidente da Assembleia Municipal já transmitiu ao Senhor Presidente da Câmara, oficialmente, algumas das suas preocupações, que já foram levantadas em três assembleias anteriores. Caso tenha transmitido, o Senhor Presidente da Câmara não deu qualquer importância a essas questões. Mesmo que não tenha sido transmitido, ele estava ali presente para a ouvir.

Referiu ainda, relativamente aos equipamentos informáticos das escolas, que estes estão obsoletos, e que esta deveria ser uma questão prioritária. Em vez de pagar 20.000,00€ a um fotógrafo, poderia, com esse valor, comprar 17 computadores. Refere também que terminam projetos como a educação física e a educação musical, sem informar os pais, que desconhecem que isso tenha acontecido. E o mais grave é que já há um ano que as faturas, não são entregues, continuam a não ser entregues aos encarregados de educação para que possam pagar.

Relativamente ao PDM, disse que este veio prejudicar muita gente e que há pessoas que agora não compreendem como é que se beneficiam agora, uma vez que a habitação é um problema, e, na última reunião de Câmara deste executivo, um promotor apresentou um projeto para a construção de novas habitações, ou seja, o que se passa no Concelho agora? (**áudio 25.13 e 29.32 minutos da gravação**). -----

O **Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Luís**, em resposta ao Senhor Deputado, disse que não admite que este duvide da sua conduta, ao mencionar que omite a entrega de documentos. (**áudio 29.38 e 30.01 minutos da gravação**). -----

A **Senhora Deputada Paula Aldeia**, cumprimentou todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, e disse que a intervenção de Dona Patrícia Moreira, enquanto munícipe, mas também como tesoureira da Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora, demonstra uma preocupação genuína com este assunto. A Senhora referiu que já interveio três vezes sobre este tema, e partilho consigo essa preocupação, pois, efetivamente, a educação é um dos temas que mais



Assembleia Municipal de Caminha

nos interessa e preocupa. Como é sabido, a educação é um dos pilares e uma das principais preocupações do Partido Socialista.

No entanto, a Senhora fez duas afirmações no seu discurso que gostaria de esclarecer. Veio, de facto, como munícipe, como se apresentou, ou está a representar alguém? Sabemos que pertence à associação de pais, e se assim for, deve saber que os computadores são uma competência do agrupamento e não da Câmara Municipal, pelo que a informação apresentada não parece estar correta. Relativamente às obras, Dona Patrícia, disse a Senhora Deputada que o projeto está preparado pela Câmara Municipal, faltando apenas abrir o concurso para o apresentar, de forma que as obras possam avançar e Vila Praia de Âncora tenha uma escola digna, onde os alunos possam estar com total segurança. **(áudio 30.10 e 33.16 minutos da gravação).** -----

O Senhor Presidente de Junta de Riba de Âncora, Paulo Alvarenga, cumprimentou todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, e disse Dona Patrícia, relativamente à questão que levantou sobre as crianças se molharem, que, como cidadã de Vila Praia de Âncora, deve dirigir-se à Junta de Freguesia e pedir para adquirirem uma carrinha para o transporte escolar, uma vez que grande parte das crianças chega à escola completamente encharcada, porque não é na passagem da pala na escola que se molham.

Quanto aos terrenos que ficaram com baixo índice de construção, sugeriu que se dirigisse à Junta de Freguesia para que lhe fosse explicado o motivo de terem vendido os terrenos com maior índice de construção, ficando com aqueles que não têm valor comercial no mercado. **(áudio 33.32 e 34.56 minutos da gravação).** -----

O Senhor Deputado Ricardo Cunha, cumprimentou todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, disse que esteve atento à intervenção de Dona Patrícia ao dirigir-se a este órgão em nome dos encarregados de educação. O Senhor Deputado refere ainda que esta é a terceira vez que responde à sua intervenção sobre o mesmo assunto, portanto, isto não se trata de uma campanha eleitoral. Campanha eleitoral, sim, é ver um Senhor, que nada tem a ver com Vila Praia de Âncora, que é Presidente da Junta de Riba de Âncora, mas que se apresenta



Assembleia Municipal de Caminha

como candidato supostamente independente, apoiado pelo Partido Socialista, ir ali dizer o que disse.

Para concluir, lamentou que questões que deveriam ser resolvidas pela Câmara Municipal continuem sem solução, especialmente a questão da cobertura, uma vez que já esteve em orçamento municipal, proposto pelos vereadores da OCP na Câmara Municipal, mas que o Senhor Presidente da Câmara não cumpriu. Disse ainda que, entre tanto alcatrão e betão, se tivessem feito a cobertura, teria aplaudido. E, como diz o colega de bancada, são prioridades. Continuou a dizer que é importante continuar a lutar em defesa dos alunos, representando os pais, porque é de pessoas assim que a política precisa. Agradecendo, pelo seu contributo. **(áudio 35.17.36 e 38.49 minutos da gravação)**. -----

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, fez uma interpelação à mesa, cumprimentou todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, e disse que é um facto que se está em período eleitoral, e desde o início das intervenções, foram feitas várias referências exatamente a isso. Mas, gostava de recordar uma nota que foi publicada, que vem da CNE e também CCDD, dizendo que, durante o período eleitoral os eleitos locais encontram-se sujeitos a especiais, deveres de neutralidade e imparcialidade por força da Lei n.º26/99, o que obriga que as intervenções na Assembleia Municipal de Setembro de 2025, sejam objetivas e rigorosas e se restrinjam em absoluto ao estritamente necessário para a apresentação e esclarecimento dos assuntos, portanto neutras. Não podendo as reuniões dessa sessão do órgão deliberativo serem usadas para qualquer tipo de debate eleitoral, ou alguma forma de propaganda política positiva ou negativa.

E, termina dizendo, Senhor Presidente, que cabe ao Presidente da Mesa da Assembleia Municipal durante a direção dos trabalhos, manter a disciplina e nesse âmbito intimar os eleitos locais ao fazerem intervenções a fazerem intervenções neutras e imparciais, em respeito daqueles deveres. **(áudio 39.06 e 41.08 minutos da gravação)**. -----

O **Senhor Deputado Hugo Martins**, cumprimentou todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, e começou a sua intervenção agradecendo a participação da Muniçipe Patrícia e disse que vai ao encontro do que



Assembleia Municipal de Caminha

foi dito pelo Celestino, pois o que ali se sente é propaganda política, a tal ponto que parece que este diálogo foi previamente combinado a nível de campanha eleitoral. Todos sabem que a munícipe pertence a um grupo político e é candidata. Não é apropriado utilizar esta última Assembleia para fins de campanha, especialmente de uma forma tão rude e vergonhosa. Esta é a minha opinião, pois os munícipes merecem respeito. **(áudio 41.36 e 43.52 minutos da gravação).** -----

O **Senhor Deputado Jorge Nande**, cumprimentou todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, e disse à Dona Patrícia que existe um artigo no Regimento que estabelece que cabe ao Senhor Presidente e aos secretários desta Assembleia responder às questões dos munícipes que não tenham sido esclarecidas em momento próprio. Ora, a Senhora já esteve aqui quatro vezes e, em três dessas idas, foi ignorada. O Senhor Presidente da Mesa e os membros da Mesa não responderam às questões que a Senhora levantou, e isso deve-se a uma única razão: quem gere esta Assembleia não consegue cumprir o artigo 37.º, n.º 1, do nosso Regimento, aprovado pela maioria socialista. E, na falta de resposta dos Deputados Municipais ou do Senhor Presidente da Câmara, que só responde quando lhe convém e poderia ter enviado uma resposta escrita, era ao Senhor Presidente da Mesa que caberia responder.

Para terminar, concordo plenamente e subscrevo inteiramente o que o Senhor Deputado Celestino disse, embora seja difícil distinguir entre o que constitui campanha e o que são questões do dia a dia deste município. **(áudio 43.59 e 48.53 minutos da gravação).** -----

O **Senhor Presidente da Câmara, Rui Lages**, fez uma interpelação à mesa, cumprimentou todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, e disse que ficou a sensação de que o Presidente da Câmara teria competência e possibilidade de intervir durante o período da ordem do público. Gostaria que fosse esclarecido se isso é verdade ou mentira, pois, caso tenha essa possibilidade de intervir, deveria responder à munícipe. **(áudio 49.45 e 50.03 minutos da gravação).** -----



Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Deputado Abilio Cerqueira**, fez uma interpelação à mesa, cumprimentou todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, e disse que não concorda com a questão do Deputado Celestino, porque ainda não estamos em período eleitoral. **(áudio 50.20 e 51.00 minutos da gravação)**. -----

3.º- PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

O **Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Luís**, antes de dar início ao período antes da ordem do dia, propôs ao plenário que, no final das intervenções do período da ordem do dia, fossem concedidos 2 minutos aos Senhores Deputados que não farão parte da próxima legislatura, para se despedirem, pois, têm demonstrado interesse.

O **Senhor Deputado Jorge Nande**, fez uma interpelação à mesa, e disse que esta proposta é absolutamente ilegal, e os Senhores Deputados estão obrigados ao princípio da legalidade e da tipicidade. Nem sequer podem ponderar votar uma proposta dessas, porque o Regimento não o permite. Assim sendo, os Senhores Deputados que estão a se despedir podem inscrever-se, no tempo próprio dos partidos. **(áudio 52.32 e 53.51 minutos da gravação)**. -----

O **Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Luís**, de seguida disse que foram apresentados dois Votos de Pesar em nome de Vasco Manuel Valadares Presa, sendo um apresentado pela mesa da Assembleia Municipal e outro pela coligação "O Concelho em Primeiro" e um Voto de Louvor, apresentado pelo Bloco de Esquerda, os quais ficam anexados a esta ata.

Logo de imediato, foram lidos os dois Votos de Pesar apresentados, que foram posteriormente submetidos a votação individual e aprovados, ambos, por unanimidade.

Após a votação, fez-se um minuto de silêncio.

O **Senhor Deputado Abilio Cerqueira**, fez a apresentação do Voto de Louvor, o qual fica anexo a esta ata.



Assembleia Municipal de Caminha

De seguida, o **Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Luís**, submeteu a votação e foi aprovada por 33 votos a favor e 01 voto contra.

Logo de imediato, o **Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Luís**, fez uma declaração de voto;

“O voto de louvor que acabamos de aprovar, proposto pelo partido com menos representação nesta Assembleia, é um justo prémio ao esforço que os/as trabalhadores/as afetas ou não à Assembleia Municipal desempenharam nesta legislatura, para que toda a documentação e foi muita, mesmo muita, principalmente nas sessões das Assembleias Extraordinárias fosse disponibilizada.

É um merecido reconhecimento, porque por trás da Anabela Monteiro, funcionária de apoio, cuja competência, empenho e dedicação não se questiona, houve outros funcionários que se tiveram de associar para que, a tempo e horas, toda a informação fosse disponibilizada, o que nem sempre ou nunca foi reconhecido pelo principal partido da oposição.

Obrigado, Abílio Cerqueira, porque tiveste a sensibilidade de reconhecer que neste Município há profissionais zelosos, dedicados e competentes.

Ao dar o meu voto favorável não faço mais do que reconhecer o profissionalismo dos trabalhadores Municipais”.

O **Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Luís**, deu início ao período antes da ordem do dia.

A **Senhora Deputada Paula Aldeia**, iniciou a sua intervenção, a referir que teria apenas dois apontamentos a fazer. No entanto, disse que acabou de receber uma mensagem, que lhe foi transmitida para que a partilhasse. Em primeiro lugar, referiu a questão que a trouxe à reunião, dirigindo-se ao Senhor Presidente da Câmara com a seguinte pergunta: "Na última reunião de Câmara, o Senhor Presidente levou à votação o início do procedimento para uma alteração simplificada da revisão do PDM?", mas, durante e após a reunião, foram feitas acusações, no seu entendimento, gravíssimas, relativamente aos temas em discussão. E, passou a citar as palavras da oposição, nomeadamente "fato feito à medida" e "especulação imobiliária encapotada na nova lei dos solos". A Senhora Deputada solicitou ao Senhor Presidente que



Assembleia Municipal de Caminha

esclarecesse, de forma clara e concisa, o que estava em causa, para que não restassem dúvidas quanto ao assunto.

Relativamente à segunda questão, a mensagem que acabou de receber, deixando claro que não conhece o Senhor Zé de Acha de Melgaço, uma pessoa muito próxima deste Senhor que aqui referiu. A mensagem transmitida dizia o seguinte: "O Zé da Acha de Melgaço já faleceu há muitos anos. Deveriam respeitar as pessoas. É lamentável a utilização do seu nome, pois o Senhor tinha uma deficiência." (**áudio 1.14.29 e 1.14.13 minutos da gravação**). -----

O **Senhor Deputado Vitor Brás**, cumprimentou todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, e disse que enquanto deputado municipal, não pode deixar de registar, com clareza e sem ambiguidades, que o trabalho desenvolvido neste mandato é visível em todo o Concelho, desmentindo de forma categórica aqueles que, repetidamente, tentam passar a ideia de que nada é feito. As evidências estão à vista de todos. Desde a estabilização do talude no Parque Infantil e de Fitness de Argela, à requalificação da Rua do Paço, em Âncora; da pavimentação da Rua da Costeirinha, em Arga de Cima, à beneficiação da Avenida da Liberdade, em Lanhelas; até à profunda intervenção na Avenida 8 de Julho, em Vila Praia de Âncora. Foram igualmente requalificados equipamentos comunitários de grande relevância, como o cemitério de Riba de Âncora; a antiga Escola de Cristelo, hoje convertida em habitação; a antiga Escola de Vilarinho, adaptada para acolher o Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão; e a Casa de Repouso da Confraria do Bom Jesus dos Mareantes, em Caminha. A par destas intervenções, registam-se ainda melhorias na iluminação pública e a requalificação do relvado do Estádio do Âncora Praia Futebol Clube.

Destacou também o avanço de investimentos estruturantes, como a requalificação do Centro de Saúde de Vila Praia de Âncora, com um investimento de 700 mil euros, e a reabilitação do Forte da Lagarteira, que alberga agora o Espaço de Memórias do Mar, num investimento superior a meio milhão de euros.

Por tudo isto, rejeita lições de quem apenas critica sem apresentar alternativas, sublinhando que, ao contrário do que alguns querem fazer crer, estas obras não têm um carácter eleitoralista. As eleições passam, mas as obras permanecem.



Assembleia Municipal de Caminha

Concluiu como começou: com a convicção de que o trabalho realizado é sério, consistente e evidente para todos. E, por isso, o Concelho está hoje melhor do que estava ontem e estará ainda melhor amanhã, porque a prioridade são e continuarão a ser as pessoas. **(áudio 1.16.48 e 1.20.15 minutos da gravação).** -----

O **Senhor Deputado João Domingues**, cumprimentou todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, e disse que com esta sua intervenção pretende valorizar o trabalho desenvolvido pelo Executivo Municipal nas áreas cultural, recreativa e lúdica, um trabalho realizado em parceria com associações, artistas, coletividades e com toda a comunidade local.

No domínio da literatura e do pensamento, destacou o programa "1 Livro, 1 Conversa e às vezes um filme", que trouxe à nossa Biblioteca autores de grande prestígio. Recordou, em particular, a apresentação da obra Claridade, de João Luís Barreto Guimarães, moderada por Júlio Machado Vaz, momentos que enriquecem profundamente a vida cultural do concelho.

Na vertente social e de proximidade, realçou o passeio sénior dos dias 3 e 4 de julho, que levou mais de mil munícipes até Fátima, proporcionando uma experiência marcante de convívio e partilha.

No que toca ao património e à identidade local, assinalou o centenário da elevação de Gontinhães a Vila Praia de Âncora, celebrado com música popular, e, sobretudo, a inauguração do Espaço de Memórias do Mar, que já recebeu cerca de 20 mil visitantes.

No âmbito da animação cultural e turística, Caminha voltou a ser palco de grandes eventos: o Artbeerfest, já uma referência internacional; as noites de fado que percorreram as freguesias; a exposição Arte na Leira, de Mário Rocha; a Feira Medieval, que encheu as nossas ruas de cor e história; a Festa do Mar e da Sardinha, que enaltece o melhor da nossa gastronomia; e ainda os festivais que projetam Caminha além-fronteiras, como o SonicBlast e, naturalmente, o incontornável Festival de Vilar de Mouros.

Na área do livro e da cultura lusófona, destacou a realização da Feira do Livro Luso-Galaica e o lançamento da terceira edição da revista Ínsua.



Assembleia Municipal de Caminha

Todos estes momentos demonstram que Caminha não é apenas um palco de eventos, mas sim um território vivo, com uma oferta cultural diversificada, acessível e com elevado impacto económico e social.

O Desporto continua a assumir um papel central nas políticas públicas, com a realização de diversas provas, como a Meia-Maratona Sunset de Caminha e o Trail Noturno do Monte de Santo Antão, já consideradas referências incontornáveis na região.

Para concluir, sublinhou que todas estas iniciativas são fruto de uma estratégia que alia tradição e inovação, proximidade e projeção. São motivo de orgulho para todos e contribuem decisivamente para afirmar Caminha como um Concelho de cultura, de identidade e de futuro. **(áudio 1.20.46 e 1.23.26 minutos da gravação).** -----

O **Senhor Deputado Jorge Nande**, disse que vai aproveitar o momento anterior à Ordem do Dia para recordar uma afirmação proferida há quatro anos, segundo a qual “muito já está feito e muito mais há para fazer”. Referiu que pretende, por isso, analisar o que foi concretizado, o que não foi executado e o que foi realizado de forma apressada, comparando tais factos com os números do orçamento municipal, a fim de demonstrar aos munícipes que as intervenções se baseiam em contas rigorosas.

Referiu que o Município de Caminha procedeu à remoção de oito contentores que funcionaram como mercado provisório durante a construção do novo mercado. Informou que estes contentores foram retirados seis ou sete dias após a sua intervenção na Assembleia Municipal de 30 de junho, tendo sido cedidos a associações sem que fosse conhecido o respetivo critério de atribuição. Disse ainda, ser falsa, no seu entender, a afirmação do Senhor Presidente da Câmara de que as associações teriam solicitado os contentores, mencionando que existiriam outras associações interessadas que não foram contempladas. Recordou ainda que os referidos contentores representaram um custo de 300.000,00 €, adjudicados por ajuste direto ao empreiteiro responsável pela obra do mercado, contribuindo para elevar o valor total da intervenção para cerca de 1.000.000,00 €, incluindo projetos e demais despesas. Disse ainda, que os contentores permaneceram no local durante dois anos, apesar das sucessivas chamadas de atenção da oposição.



Assembleia Municipal de Caminha

Relativamente ao ferryboat, disse que a oposição alertou repetidamente para o seu estado de degradação. Informou que a embarcação foi retirada em meados de julho, pouco tempo após a Assembleia Municipal de junho, tendo o Município suportado um custo de 36.000,00 € por um reboque de duas horas.

Relativamente à Associação de Municípios da Serra d'Arga, disse ao Senhor Presidente da Câmara que esclareça se teve oportunidade de ouvir a intervenção do Presidente da Câmara Municipal de Ponte de Lima, na qual este referiria que a Associação não apresentara contas. referindo que o Município de Caminha não procedeu à transmissão da presidência para o município seguinte, conforme previsto, e que não tem respondido aos ofícios enviados pelo Município de Ponte de Lima, considerando que a atividade da Associação se encontra bloqueada por inércia da Câmara Municipal de Caminha.

Quanto aos outdoors mencionados pelo Senhor Presidente da Câmara, que teriam representado um custo de 40.000,00 €, perguntou onde se encontram instalados no Concelho do Pórrinho. Disse ainda que, não obstante a Câmara Municipal possa não deter competência formal para fornecer computadores às escolas, considera que existe um dever moral de o fazer, face a outras adjudicações realizadas.

De seguida, perguntou ao Senhor Presidente, sendo este jurista, se conhece o disposto no n.º 2 do artigo 7.º da Lei Orgânica n.º 1/2001, de 14 de agosto, que estabelece que profissionais liberais em prática isoladas que prestem serviços à autarquia, de forma não integralmente cumprida ou de execução continuada, não podem ser candidatos aos órgãos autárquicos. Referindo que o número quatro da lista do Senhor Presidente presta serviços ao Município, razão pela qual levantou dúvidas quanto à legalidade da candidatura.

Por fim, disse que o Senhor Presidente tem demonstrado desconsideração pelas posturas e atos que lhe competem, recordando que não cumpriu uma resolução desta Assembleia Municipal que determinava a constituição de assistente no processo instaurado pelo Ministério Público relativo ao CET. Termina a dizer que esse incumprimento evidencia, no seu entender, a falta de respeito do Senhor Presidente pelo Município, pelos eleitos e pelos eleitores de Caminha. **(áudio 1.23.50 e 1.30.32 minutos da gravação).** -----



Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Deputado Carlos Carrilho**, cumprimentou todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, e disse que o Concelho de Caminha alcançou o feito notável de registar um crescimento populacional de 4,1%, valor superior à média nacional, que se situa nos 3,2%. Parte significativa deste crescimento resulta da capacidade do Concelho em atrair população proveniente de outras regiões do país, bem como do estrangeiro, facto que se deve às condições de excelência que o nosso território oferece em diversos domínios, nomeadamente na educação, saúde, segurança e qualidade ambiental.

No que respeita à educação, referiu que o investimento realizado pela Câmara Municipal, sob governação socialista, tem vindo a dar frutos. Foram requalificados vários espaços escolares, como a EBS de Caminha e a EBS do Vale do Âncora, e construídas novas infraestruturas, como a EB1 do Vale do Âncora. Para além disso, foram implementados apoios diversos, designadamente ao nível do material escolar e dos transportes. Estes esforços têm-se traduzido num aumento significativo do número de alunos no concelho, registando-se, desde 2021, mais 245 estudantes a frequentar os estabelecimentos de ensino locais.

Relativamente à habitação, referiu que, no último triénio, foram construídas no concelho de Caminha 150 novas habitações destinadas a residência familiar. Este dado é indicativo de um dinamismo relevante no que toca à apresentação de propostas de construção, licenciamento e conclusão de obras.

No domínio do emprego, disse que o Concelho possui uma das mais elevadas percentagens de população licenciada do distrito (16%) e que a taxa de desemprego se situa nos 3,9%, um valor residual e claramente inferior à média nacional, que é de 6,1%, bem como à de grande parte dos municípios do distrito.

Relativamente ao turismo, referiu que se trata de um verdadeiro fenómeno no Concelho, com indicadores acima da média nacional no que diz respeito ao crescimento do número de dormidas, que registou um aumento de 8,1%. Caminha é atualmente o segundo Concelho do Distrito com maior número de dormidas de turistas, com mais de 121 mil registos. Ocupa igualmente a segunda posição ao nível da hotelaria, com um acréscimo de 84 mil dormidas, e do Alojamento Local, com mais 31 mil. No que respeita ao turismo em espaço rural, situa-se em terceiro lugar, com um aumento de 5.500 dormidas. Estes dados comprovam que a aposta no setor turístico tem sido eficaz, contribuindo de forma significativa para dinamizar a economia local,



Assembleia Municipal de Caminha

em especial nos setores da restauração, comércio tradicional e serviços de apoio às atividades empresariais.

Para finalizar, disse que o Concelho de Caminha é apontado como um dos melhores do país no que respeita à recolha de resíduos urbanos. Também ao nível da prevenção e combate a incêndios florestais, o município regista resultados muito positivos, sendo o segundo Concelho com menor número de ocorrências na última década, um valor bastante inferior à média nacional. Este sucesso está diretamente relacionado com os investimentos realizados pela Câmara Municipal nas duas corporações de bombeiros, na constituição de equipas de sapadores florestais profissionais e nos protocolos firmados com o conselho diretivo dos baldios de Riba de Âncora, entre outras entidades que têm desempenhado um papel fundamental na gestão e proteção da floresta.

Concluiu referiu que, apesar de não ter abordado temas igualmente relevantes como as obras públicas, a redução da dívida municipal, a requalificação dos arruamentos, a ação social, os apoios às juntas de freguesia, às IPSS, e às associações desportivas e culturais, o trabalho tem de continuar. O objetivo permanece claro: trabalhar em prol da população, com o firme propósito de melhorar, continuamente, a sua qualidade de vida. **(áudio 1.30.56 e 1.36.52 minutos da gravação)**. -----

O **Senhor Deputado Jorge Nande**, fez um pedido de esclarecimento e perguntou ao Senhor Deputado se é capaz de distinguir entre o apreço que todos manifestamos por um concelho tão belo como este, dotado de qualidades naturais de monte, rio, mar e praia, e a má gestão que, no seu entender, tem sido praticada pelos governantes que têm governado o Concelho há 12 anos. **(áudio 1.37.07 e 1.37.48 minutos da gravação)**. -----

O **Senhor Deputado Carlos Carrilho**, respondeu que a questão da gestão já havia sido esclarecida, e disse que a autarquia reduziu a sua dívida em mais de 8.000.000,00 €. Referindo que, apesar dessa redução, continuam a ser realizadas diversas obras, incluindo arruamentos, requalificações e investimento em infraestrutura pública, visíveis em todo o Concelho e presentes em todas as juntas de freguesia. **(áudio 1.38.14 e 1.40.43 minutos da gravação)**. -----



Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Deputado Ricardo Cunha**, fez uma interpelação à mesa e de seguida deu início à sua intervenção, e disse que nesta última Assembleia Municipal com a serenidade de quem sabe ter cumprido o seu papel: o de uma oposição séria, responsável e sempre do lado da população do Concelho de Caminha. No entanto, o tempo veio dar-lhes razão em muitas matérias em que, sozinhos, nos levantámos e alertámos, como por exemplo, o processo do negócio da ínsua, trazendo a esta Assembleia propostas concretas para aliviar a carga fiscal das famílias, nomeadamente a redução do IMI, da taxa variável do IRS, da taxa de recolha de resíduos sólidos e, também, a criação da tarifa social da água, propostas sérias, que iriam fazer a diferença no bolso dos caminhenses, mas que, infelizmente, foram sistematicamente chumbadas pela maioria do Partido Socialista.

Disse ainda que também disseram presente quando se tratou de apoiar os jovens, porque, hoje, os jovens até aos 35 anos podem beneficiar da isenção do pagamento de taxas urbanísticas porque nós, tivemos a iniciativa de apresentar essa proposta. E foi aprovada. Foram igualmente ambiciosos na área da mobilidade e das finanças locais, apresentando propostas para a criação de comissões específicas que permitissem maior rigor e transparência, as quais foram, mais uma vez, mas nem por isso deixámos de alertar para os problemas, como exemplos não faltam ao denunciarem as falhas da ecovia na marginal de Caminha e, nas finanças, pusemos mãos à obra e analisámos a fundo a contratação pública, encontrando situações inaceitáveis, como vodka e vinho constarem em listas de bens destinados a famílias carenciadas ou contratos que, mais tarde, viriam a ser confirmados como problemáticos pelo próprio Tribunal de Contas, dando-nos inteira razão. Este é o sinal mais claro de que estivemos, estamos e estaremos sempre ao lado dos caminhenses na defesa dos seus problemas.

Disse também que não pode deixar de destacar o formidável trabalho realizado pelos nossos vereadores na Câmara Municipal. Tal como nós, sempre levaram as preocupações e os problemas das pessoas a cada reunião de câmara, estando sempre na linha da frente na defesa do interesse público, mesmo perante situações que, de uma forma ou de outra, vieram a prejudicar o nosso Concelho. Não pode deixar de recordar ainda duas batalhas que mostram bem o nosso compromisso com o futuro do Concelho: fomos nós que alertámos para o perigo que o lítio representava para Caminha, convocando uma Assembleia Extraordinária para aqui se aprovar uma



Assembleia Municipal de Caminha

moção contra a exploração de lítio na nossa Serra d'Arga. Tal como foram eles que chamaram a atenção para o impacto das eólicas junto da população e da comunidade piscatória, tanto aqui na Assembleia Municipal como em sede de Câmara.

Também disse que se há algo que esta legislatura demonstra é que fizemos oposição construtiva, rigorosa e com propostas. Uma oposição que não se limitou a criticar, mas que construiu alternativas, que esteve próxima das pessoas, que apresentou soluções, e que nunca se afastou da sua missão. Logo, é esse o legado que hoje ali deixam, porque é com esse espírito que continuaremos a trabalhar: com coragem, com seriedade e com a firme convicção de que Caminha merece mais e melhor. E, em nome de todos os eleitos pela Coligação "O Concelho em Primeiro", quero deixar um agradecimento profundo a todos aqueles que, de forma pública ou anónima, nos apoiaram ao longo deste mandato, foi um enorme privilégio representar cada um de vós, levar a vossa voz a esta Assembleia e defender, sempre, os interesses de todos os caminhenses. **(áudio 1.41.03 e 1.47.20 minutos da gravação).** -----

O Senhor Deputado Abilio Cerqueira, disse que ao terminar hoje um ciclo de 4 anos neste órgão autárquico, em que tive a responsabilidade e a honra de representar o Bloco de Esquerda de Caminha, não posso deixar de agradecer a todos o elevado sentido democrático demonstrado por entre as normais quezílias, entre todos, algumas vezes até bastante inflamadas, mas sempre com um espírito de combate democrático que caracteriza o confronto e a disputa de ideias. Todas com o intuito de demonstrar uma coisa muito simples, que cada um de nós melhor defende os interesses dos munícipes de Caminha. Mas, não há melhores nem piores, há diferenças e é precisamente nessas diferenças que reside a prática democrática. O Bloco de Esquerda também contribuiu nestes 4 anos com mais uma dose de diferença, levantamos questões, apresentámos propostas, moções e recomendações concretas. Denunciamos injustiças e apontámos alternativas, não estivemos aqui para servir interesses particulares, mas para servir a Comunidade, sempre com a certeza de que a política local deve ser feita de proximidade, de escuta e de coragem. Não conseguimos tudo o que desejávamos. Nenhum projeto político consegue sozinho, mas nunca deixamos de tentar ano após ano, sessão após sessão ora concordando, ora discordando com uns ou com outros, sempre desde a uma perspetiva de independência, sem restrições nenhuma em perfeita liberdade, comprometidos



Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature and a circular stamp.

Assembleia Municipal de Caminha

apenas na colaboração para o bem comum do município e dos seus munícipes. Aos termina hoje no Bloco de Esquerda e também a todos os que, mesmo discordando, respeitaram o nosso papel nesta Assembleia, o nosso agradecimento e também um alerta, a presença do Bloco de Esquerda não termina aqui, nem termina hoje continuará presente dentro e fora desta sala, ao lado de todos aqueles que não desistem de sonhar e de lutar por uma terra melhor para todos. **(áudio 1.47.14 e 1.51.30 minutos da gravação)**. -----

O **Senhor Deputado Hugo Martins**, perguntou ao Senhor Presidente da Câmara, quando será resolvido o problema do baloiço panorâmico junto ao Skatepark, o qual, representa um risco para os seus utilizadores.

Concluiu deixando um apelo aos jovens para que se inscrevam nos diversos partidos e participem na vida política, afirmando que a política necessita de inovação e de uma participação ativa, e cada vez mais temos tempos muito perigosos. E, que todos venham apresentar ideias e contribuir para o desenvolvimento do Concelho, que é um território de excelência. **(áudio 1.52.47 e 1.51.30 minutos da gravação)**. -----

O **Senhor Deputado Filipe Fernandes**, cumprimentou todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia Municipal e disse que hoje trata-se da sua última intervenção na Assembleia Municipal, agradecendo sinceramente a todos os membros com quem partilhou o debate democrático ao longo do mandato. Reconhecendo a existência de posições divergentes e adversidade política, mas, não considera nenhum dos presentes como inimigo, salientando os laços de respeito e amizade construídos, certo de que todos procuram o bem-estar da população do Concelho de Caminha.

Agradeceu ao Senhor Presidente da Assembleia e à mesa pelo trabalho exigente e equilibrado desenvolvido ao longo do mandato, bem como ao executivo municipal, na pessoa do Senhor Presidente da Câmara, a quem desejou continuidade no trabalho desenvolvido com a sua equipa.

Termina a desejar que esta atividade política, saudável e necessária, continue a gerar resultados positivos para o Concelho de Caminha e que todos contribuam para fazer mais e melhor pela comunidade. **(áudio 1.53.58 e 1.55.50 minutos da gravação)**. -----



Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, disse que a sua intervenção segue a prática habitual das sessões de setembro, dedicada ao balanço da época estival e aos assuntos ocorridos durante este período. Referiu que, ao longo dos últimos anos, tem sido reiterado o apelo para que a Avenida Doutor Ramos Pereira, em Vila Praia de Âncora, seja preparada para um melhor fluxo de pessoas. Recordou que, na última sessão da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Câmara anunciou o início da intervenção na referida avenida, relativa ao conflito entre o passeio ciclável e o pedonal, já adjudicada pela Câmara Municipal. Contudo, consideramos que este não é o único problema existente e que, devido à inoperância municipal, os conflitos foram agravados, continuando por resolver.

Perguntou ao Senhor Presidente sobre o motivo de, ao longo de dois mandatos, um deles parcialmente exercido enquanto Presidente da Câmara, não ter sido encontrada solução para esta situação, que, no seu entender, se agravou com a requalificação realizada anteriormente sob liderança do PSD. Disse ainda que esta falta de intervenção gera reações populares, por vezes desmedidas, e solicitou que seja deixado à Assembleia um esclarecimento claro sobre o que se pode efetivamente esperar relativamente à intervenção nesta avenida.

Disse também que a CDU teve conhecimento de uma intenção de intervenção na Casa Ventura Terra. Recordou que o imóvel foi adquirido em 2002 e entregue em regime de comodato, por 30 anos, em 2013, a uma associação sediada em Barcelos, constituída no ano anterior, situação que já então merecera críticas da CDU, por não ter sido dada prioridade ao movimento associativo local. Solicitou esclarecimentos quanto ao estado do comodato e sobre a eventual relação entre a intervenção prevista e o projeto apresentado em 2016.

Termina com uma nota de agradecimento ao movimento associativo e ao Município de Caminha, nomeadamente à Câmara Municipal e aos seus vereadores, pelo apoio à dinâmica dos artistas locais na animação cultural da época estival. **(áudio 1.56.04 e 2.02.18 minutos da gravação)**. -----

O **Senhor Presidente da Câmara, Rui Lages**, iniciou a sua intervenção a parabenizar a Freguesia de Dem, que comemora hoje os seus 57 anos de existência. De seguida, disse que muitas questões foram levantadas durante a sessão, começando pelo esclarecimento do Senhor Deputado Jorge Nande, relativamente aos outdoors



Assembleia Municipal de Caminha

mencionados, sobre os quais foi referido que foram vistos, mas não suficientemente observados. Esclareceu que, junto à rotunda do Porrinho, na A52, sentido Tui ou Vigo, existe um outdoor, assim como em Tui e Vigo. Informou também sobre a existência de outros outdoors, nomeadamente um que liga a A55 à A3 em Portugal, outro na A28, antes da saída para a A7, e ainda na A7, nas zonas de Serzedelo, Riba de Ave e Guimarães, onde também podem ser visualizados.

O Senhor Presidente disse ainda que a remoção do Ferryboat e dos contentores foi previamente planeada, uma vez que está em curso um procedimento de Base Gov e contratação pública, e esclareceu que a afirmação de que o espaço onde estavam os contentores não foi requalificado estava incorreta, uma vez que, conforme se pode constatar no local, o espaço foi, de facto, requalificado.

Relativamente à resolução do CET, o Senhor Presidente corrigiu a afirmação de que teria sido aprovada uma resolução, esclarecendo que, na realidade, foi aprovada uma recomendação à Câmara Municipal, o que corresponde a duas figuras jurídicas distintas, e não uma resolução.

No que concerne à revisão do PDM, o Senhor Presidente explicou que se trata de uma revisão pontual e específica, resultante de um projeto apresentado à Câmara Municipal. Um promotor privado apresentou à Câmara o seu projeto para a área situada na Rua do Sobrado, na freguesia de Âncora, junto da Gelfa, que prevê a construção de habitação a custos controlados, conforme os termos da Lei dos Solos, aprovada pelo governo atual do PSD. Além disso, o projeto propõe a cedência gratuita à Câmara Municipal de 20.000 m² para a expansão da Zona Empresarial da Gelfa. No entanto, para que este projeto avance, será necessário abrir um procedimento formal para a sua análise, o qual foi já discutido na última reunião de Câmara. Nos próximos passos, haverá uma discussão pública sobre o projeto, reuniões de coordenação com a CCDR Norte, uma nova reunião de Câmara e, por fim, este órgão, a Assembleia Municipal, deliberará sobre a aprovação ou não da proposta. Trata-se, portanto, de uma intenção de um promotor privado que a Câmara Municipal considera ter uma mais-valia para o Concelho.

Em relação às obras em curso e àquelas que ficam efetivamente, o Senhor Presidente referiu, como mencionado pelo Senhor Deputado Vítor Brás, que as eleições passam, mas as obras permanecem para o usufruto da população. Não vê razão para que haja objeções ao facto de se estarem a realizar obras no Concelho. Elencou, ainda, várias



Assembleia Municipal de Caminha

obras que estão em andamento ou foram recentemente concluídas, tais como: a requalificação do Centro de Saúde de Vila Praia de Âncora, o Espaço de Memória do Mar no Forte Lagarteira, em Vila Praia de Âncora, o Auditório Ramos Pereira, o Mercado Municipal de Caminha, entre outras obras importantes. Reforçou ainda que a Câmara Municipal conseguiu reduzir a sua dívida em mais de 8.400.000€, conforme relatório do Tribunal de Contas.

Quanto à contratação do Dr. ° Herculano Franco de Almeida iniciou o seu trabalho na Câmara Municipal no final de 2013, quando o Partido Socialista assumiu a gestão da Câmara. Contudo, é importante também dizer algumas verdades. O Doutor Herculano Franco de Almeida entrou na Câmara Municipal de Caminha com um salário de 1000€, e teve a seu cargo a gestão de processos que vinham da administração do PSD. Eram 12 processos judiciais, e ele ganhava 1000€ para os gerir. Esses 12 processos, na verdade, resultaram da gestão danosa do PSD, que fez com que, pouco antes da tomada de posse, fossem anuladas mais de 1.000.000 de euros em faturas. As faturas foram canceladas, mas a realidade é que os serviços foram prestados e o trabalho realizado. Vários fornecedores aqui nesta Câmara disseram que cumpriram com os seus contratos, mas a Câmara não lhes pagou. Tentaram então acionar ações judiciais contra a Câmara, e as 12 que estavam inicialmente sob a responsabilidade do Doutor Herculano passaram a ser mais de 40 processos judiciais. Enquanto o Doutor Herculano tinha 40 processos a seu cargo, o PSD, com apenas 12, tinha 3 advogados a trabalhar para a Câmara. O Doutor Veloso Ferreira recebia 3842€ por mês, o Doutor Joaquim Loureiro recebia 3587€, e o Doutor Narciso Correia tinha um salário de 1640€ mensais.

O Senhor Presidente disse quanto à intervenção do Senhor Deputado Celestino Ribeiro, sobre a obra na Avenida Ramos Pereira. De facto, a Câmara adjudicou essa obra, mas decidimos não iniciar os trabalhos durante o período estival, devido aos grandes condicionantes que a época balnear impõe, especialmente no acesso à praia. A praia tem bandeira acessível e todas essas condições exigiriam uma gestão cuidadosa para garantir o bom funcionamento e a qualidade de vida na Avenida Ramos Pereira. Entretanto, a própria empresa responsável pela obra também entrou em período de férias, mas já foi montado um estaleiro ou está em fase de montagem, estando a obra prestes a arrancar, agora que a zona tem uma acalmia maior, o que permitirá a execução do projeto sem tantos constrangimentos.



Assembleia Municipal de Caminha

Relativamente à Casa Ventura Terra, Senhor Deputado, gostaria de esclarecer que não se trata de uma intenção da Câmara Municipal, mas sim de uma proposta de candidatura de um partido político que eu lidero. São duas coisas distintas. No entanto, terei todo o gosto, caso a população do Concelho de Caminha me reeleja como Presidente da Câmara, em avançar com a reabilitação tão necessária daquele espaço. Quanto ao ponto de situação da Casa Ventura Terra, existe um contrato de comodato com a associação, sendo certo que a associação já demonstrou a intenção de reverter ou terminar esse contrato. Como resultado, o imóvel retornará à posse da Câmara Municipal, que terá a responsabilidade de proceder à requalificação do espaço. Em relação ao que pretendemos para aquele local, quero ser claro: não tenho qualquer intenção de transformar a Casa Ventura Terra em alojamento local nem em unidade hoteleira. No entanto, não quero adiantar detalhes sobre o que pretendemos, pois isso poderia ser interpretado como campanha eleitoral, e não é essa a minha intenção aqui.

Relativamente à intervenção do Senhor Deputado Hugo Martins, o Senhor Presidente disse que a questão do baloiço e de outros artefactos colocados na via pública é da responsabilidade da Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora. Assim, a única medida que poderá ser tomada será encaminhar a sua questão para a Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora, para que esta possa dar o devido seguimento.

Aproveitou ainda a ocasião para saudar de forma muito especial todos os deputados e deputadas que irão terminar o seu ciclo nesta legislatura, e que não irão renovar os seus mandatos. **(áudio 2.02.31 e 2.17.25 minutos da gravação)**. -----

O **Senhor Deputado Jorge Nande**, fez um pedido de esclarecimento e perguntou ao Senhor Presidente qual a necessidade de explicar os honorários do Dr.º Herculano, porque, aquilo que falei foi sobre a honorabilidade de que esse senhor funcionário avançado deste município tem em ir numa lista para um órgão executivo, quando o disposto no n.º 2 do artigo 7.º da Lei Orgânica n.º 1/2001, de 14 de agosto, estabelêce que profissionais liberais em prática isoladas que prestem serviços à autarquia, de forma não integralmente cumprida ou de execução continuada, não podem ser candidatos aos órgãos autárquicos. **(áudio 2.17.34 e 2.19.38 minutos da gravação)**.



Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Presidente da Câmara, Rui Lages**, respondeu que o Senhor Deputado tem uma visão bastante redutora sobre este Concelho e sobre a atividade do município, sendo, portanto, a sua opinião. Contudo, disse que a realidade acaba por colidir frontalmente com a posição e as afirmações do Deputado. E, justificou a questão dos honorários como uma medida de transparência. Disse ainda que o Senhor Deputado mencionou que não se deve misturar o público com a atuação do privado, esclarecendo que a Câmara Municipal não tem qualquer envolvimento neste assunto, nem a Assembleia Municipal. Referiu, por fim, que apenas uma entidade tem responsabilidade sobre esta questão: o Partido Socialista do Concelho, que sabe quem são os seus candidatos. **(áudio 2.19.49 e 2.21.50 minutos da gravação)**. -----

4.º- PERÍODO DA ORDEM DO DIA

a) – **Apreciação de Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre a Atividade do Município e a Situação Financeira do Mesmo**

O **Senhor Deputado Jorge Nande**, referiu que, com base nas informações fornecidas pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal de Caminha, nada o espanta, e que, a partir do ponto 34 da presente documentação, não se trata de mais do que um conjunto de liberações tomadas pelo município, alegadamente, nos meses de julho, agosto e setembro. Acrescentou ainda que temos uma página e meia que aborda o cenário geral de obras, algo que é natural, pois já ocorreu de forma similar há 4 anos, nas vésperas de iniciar as campanhas eleitorais. Ou seja, há pelo menos 8 anos tem notado que se fazem obras apressadas nesta altura. Não obstante, o Sr. Deputado não pode deixar de salientar a falsidade da informação número 2, embora esclarecendo que a falsidade não reside na informação em si, mas no teor que dela se tenta retirar. Referiu que o Concelho de Caminha foi premiado com o prémio de Excelência Autárquica nas categorias de Educação, Juventude, Coesão, Cultura e Turismo durante o terceiro Congresso da Sociedade Social. No entanto, questionou o Sr. Presidente sobre a natureza deste prémio, esclarecendo que o evento em questão foi organizado por uma empresa de Cacia, com um capital social de 500€, dedicada à prestação de serviços e produtos de uso pessoal não específico, como atividades de formação, livros, recursos didáticos, brinquedos, equipamentos para crianças e



Assembleia Municipal de Caminha

eventos. Questionou então, ao Sr. Presidente, se este prémio foi efetivamente pago pela referida empresa, tendo em conta que esta é uma entidade privada.

No ponto 3 da informação, foi abordado o prémio "5 Estrelas Regiões". Este prémio é atribuído por uma sociedade chamada Scott Lda., que originalmente tinha um capital social de 2€ e, atualmente, possui um capital social de 100€. A Scott Lda. dedica-se a serviços de consultoria e marketing, organização de eventos, venda de produtos na área da mobilidade e venda de brindes e artigos decorativos. O Sr. [Nome] questionou o Sr. Presidente sobre a natureza deste prémio, uma vez que, ao verificar a existência de duas sociedades comerciais a atribuírem prémios a Caminha e a centenas de municípios, enquanto cidadãos de Caminha e eleitos, sentem alguma confusão. **(áudio 2.37.38 e 2.43.11 minutos da gravação).** -----

O **Senhor Presidente da Câmara, Rui Lages**, disse ao Senhor Deputado que a Câmara Municipal de Caminha não pagou nenhum dos prémios mencionados, acrescentando que estes são merecidos. Disse ainda, que se trata de distinções atribuídas ao Município de Caminha por entidades externas que reconheceram a validade dos projetos desenvolvidos pela autarquia. Referiu que a Câmara Municipal apresenta candidaturas aos prémios disponíveis, com base nos projetos que tem vindo a implementar na comunidade, nomeadamente nas áreas da cultura, do desporto, da coesão social e do turismo, sendo este reconhecimento externo uma mais-valia para o Concelho.

Relativamente ao galardão "5 Estrelas Regiões", disse que também não foi pago pela Câmara Municipal. Referindo que, caso subsistam dúvidas, se poderá confirmar junto da Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora, a qual hasteou no ano anterior a bandeira referente ao prémio "5 Estrelas Regiões" atribuído à praia de Vila Praia de Âncora, sem que, igualmente, tivesse procedido a qualquer pagamento. **(áudio 2.43.31 e 2.46.32 minutos da gravação).** -----

O **Senhor Deputado Ricardo Cunha**, fez um pedido de esclarecimento e questionou o Senhor Presidente, na qualidade de candidato às próximas eleições, se vai ou não concretizar o que disse em relação à honra dos candidatos às próximas eleições autárquicas. **(áudio 2.46.58 e 2.48.25 minutos da gravação).** -----



Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Presidente da Câmara, Rui Lages**, disse que o relevante para os munícipes é o debate dos assuntos do Concelho, não questões de natureza pessoal. Referiu ainda que respondeu apenas às alusões feitas à sua progenitora e que, se as suas palavras foram interpretadas como dirigidas aos candidatos de determinada força política, tal interpretação cabe a quem a fez. Disse ainda, que cada grupo político conhece os seus próprios candidatos. **(áudio 2.48.36 e 2.48.56 minutos da gravação)**. -----

O **Senhor Presidente da União de Freguesias Caminha e Vilarelho, Miguel Gonçalves**, solicitou esclarecimentos quanto às referências feitas pelo Presidente da Câmara, perguntando de que forma a honra de um candidato da coligação "O Concelho em Primeiro" teria sido atingida. **(áudio 2.49.49 e 2.50.05 minutos da gravação)**. -----

O **Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Luís**, disse que, no âmbito da defesa da honra, cada deputado apenas pode pronunciar-se relativamente à sua própria honra pessoal, não podendo fazê-lo em representação de terceiros ou de um grupo político.

Perante esta explicação, foi reiterado que a defesa da honra deve incidir exclusivamente sobre eventual ofensa individual, não podendo ser utilizada para discutir a honra coletiva de uma candidatura. **(áudio 2.50.07 e 2.50.34 minutos da gravação)**. -----

O **Senhor Deputado Ricardo Cunha**, fez defesa de honra, e disse sentir-se ofendido pelas afirmações proferidas anteriormente pelo Presidente da Câmara, que considerou terem lançado um juízo depreciativo, ainda que em termos abstratos, sobre todos os candidatos da coligação "O Concelho em Primeiro". Referiu que, não tendo sido identificado qualquer nome, entendeu que a observação abrangia todos os membros da candidatura, incluindo a sua pessoa.

Disse ainda, que mantém profundo respeito por todos e que a referência feita, ainda que indireta, atingiu também a consideração devida à sua família, presente na sessão. Recordou que, da mesma forma que o Presidente demonstrou desagrado quanto a



Assembleia Municipal de Caminha

alusões aos seus progenitores, também ele rejeita comentários que possam afetar a honra daqueles que representa.

Termina a lamentar o que qualificou como uma postura inadequada e sobranceira por parte do Presidente da Câmara. **(áudio 2.50.37 e 2.52.06 minutos da gravação).** ----

O **Senhor Presidente da Câmara, Rui Lages**, disse que, em momento algum, ofendeu a honra ou a consideração do Deputado Ricardo, nem teve qualquer intenção de o fazer. Disse ainda, não compreender a interpretação que foi feita quanto a uma eventual ofensa e reiterou que nunca procurou pôr em causa a dignidade pessoal do Deputado. Solicitou que ficasse registado em ata que não proferiu qualquer declaração com esse propósito. **(áudio 2.52.10 e 2.53.00 minutos da gravação).** -----

O **Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Âncora, Peter Martins**, cumprimentou todos os presentes na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia Municipal e disse que, aproveita o momento para agradecer o trabalho desenvolvido em conjunto ao longo dos últimos quatro anos e desejar sucesso a todos nos seus futuros projetos, dentro e fora da vida política.

Relativamente à requalificação da Rua do Paço, disse que sempre manifestou disponibilidade para acompanhar obras e iniciativas na freguesia, sublinhando que, embora a intervenção seja da responsabilidade da Câmara Municipal, a Junta teve um papel importante nas fases iniciais do processo, designadamente através do diálogo com a população e da obtenção de cedências essenciais.

Sobre o Sonic Blast, reconhece tratar-se de um evento de grande relevância nacional e internacional, destacando inclusive a presença de visitantes provenientes de países longínquos. Considera, por isso, importante que o Município trate o festival de forma ponderada, transparente e equilibrada. Disse que, no ponto 23 da proposta, não é mencionada a Junta de Freguesia como parceira, apesar de existir protocolo assinado, nem é feita referência ao envolvimento das associações locais, cujo trabalho é relevante para o desenvolvimento da freguesia. Disse ainda, que o apoio concedido à Junta de Âncora com o atribuído à Junta de Vilar de Mouros, entendendo que Âncora merece ser tratada como parceira fundamental.

Perguntou sobre a Área Empresarial da Gelfa, se na reunião da comissão de avaliação, foi discutido o cumprimento do regulamento em vigor, porque, existem



Assembleia Municipal de Caminha

empresas interessadas em instalar-se na freguesia que poderão estar a ser prejudicadas se o regulamento não estiver a ser devidamente aplicado. (áudio 2.53.26 e 2.58.47 minutos da gravação). -----

O **Senhor Presidente da Câmara, Rui Lages**, disse que, a requalificação da Rua do Paço era uma obra há muito desejada pela população de Âncora e que o Executivo cumpriu o compromisso assumido com a Junta de Freguesia, realizando um investimento direto significativo, destinado a melhorar uma das principais vias da freguesia.

Relativamente ao Sonic Blast, disse tratar-se de um evento de grande relevância para Âncora, para o Concelho e para a região, com forte capacidade de atração e características próprias, distintas das do Festival Vilar de Mouros. Disse ainda, que ambos os eventos têm públicos, modelos de organização, necessidades e parcerias diferentes, não sendo comparáveis. Referindo que a Junta de Freguesia de Vilar de Mouros detém terrenos onde o festival é realizado, ao contrário da Junta de Âncora relativamente ao Sonic Blast, o que justifica diferenças nas parcerias estabelecidas.

Disse ainda, que cada evento deve ser promovido e valorizado no seu próprio contexto e que não devem ser criadas comparações inadequadas entre eles.

Concluiu reiterando que continuará a trabalhar com transparência e lealdade com todos os parceiros promotores, associações e juntas de freguesia envolvidos nos dois festivais. (áudio 2.59.05 e 3.03.46 minutos da gravação). -----

b) – Aprovação da ata da sessão ordinária de 27 de junho 2025

A Assembleia Municipal submeteu à discussão e votou a proposta, relativa à “**Ata da Sessão ordinária de 27 de junho 2025**”, que aqui se dá por inteiramente reproduzida e dela faz parte integrante.

Não havendo inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 28 votos a favor, 0



Assembleia Municipal de Caminha

votos contra e 06 abstenções, por não estarem presentes.

c) – Aprovação do Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Caminha e Junta de Freguesia de Âncora no Âmbito da Educação - Transportes Escolares

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de três de setembro de dois mil e vinte e cinco, relativa à **“Aprovação do Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Caminha e Junta de Freguesia de Âncora no Âmbito da Educação - Transportes Escolares”**, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea k) do n.º1 do art.º25 da lei 75/2013 de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal autorizar a celebração de contratos de delegação de competências entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia, **propõe-se** que este órgão deliberativo conceda autorização para a celebração do Contrato Interadministrativo entre a Câmara Municipal de Caminha e a Junta de Freguesia de Âncora, relativo a Transportes Escolares.

Não havendo inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 33 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 33 votos a favor.

d) – Aprovação do Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Caminha e Junta de Freguesia de Dem no Âmbito da Educação - Transportes Escolares



Assembleia Municipal de Caminha

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de três de setembro de dois mil e vinte e cinco, relativa à **“Aprovação do Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Caminha e Junta de Freguesia de Dem no Âmbito da Educação - Transportes Escolares”**, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea k), do n.º 1, do art.º 25, da lei 75/2013, de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal autorizar a celebração de contratos de delegação de competências entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia, **propõe-se** que este órgão deliberativo conceda autorização para a celebração do Contrato Interadministrativo entre a Câmara Municipal de Caminha e a Junta de Freguesia de Dem, relativo a Transportes Escolares.

Não havendo inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 33 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 33 votos a favor.

e) – Aprovação do Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Caminha e a União das Freguesias de Gondar e Orbacém no Âmbito da Educação - Transportes Escolares

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de três de setembro de dois mil e vinte e cinco, relativa à **“Aprovação do Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Caminha e a União das Freguesias de Gondar e Orbacém no Âmbito da Educação - Transportes Escolares”**, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.



Assembleia Municipal de Caminha

Assim e porque nos termos da alínea k) do n.º1 do art.º25 da lei 75/2013 de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal autorizar a celebração de contratos de delegação de competências entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia, **propõe-se** que este órgão deliberativo conceda autorização para a celebração do Contrato Interadministrativo entre a Câmara Municipal de Caminha e a União das Freguesias de Gondar e Orbacém, relativo a Transportes Escolares.

Não havendo inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 33 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 33 votos a favor.

f) – Aprovação do Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Caminha e a União das Freguesias de Moledo e Cristelo no Âmbito da Educação - Transportes Escolares

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de três de setembro de dois mil e vinte e cinco, relativa à **“Aprovação do Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Caminha e a União das Freguesias de Moledo e Cristelo no Âmbito da Educação - Transportes Escolares”**, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea k) do n.º1 do art.º25 da lei 75/2013 de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal autorizar a celebração de contratos de delegação de competências entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia, **propõe-se** que este órgão deliberativo conceda autorização para a celebração do Contrato Interadministrativo entre a Câmara Municipal de Caminha e a União das Freguesias de Moledo e Cristelo, relativo a Transportes Escolares.



Assembleia Municipal de Caminha

Não havendo inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 33 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 33 votos a favor.

g) – Aprovação do Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Caminha e Junta de Freguesia de Riba de Âncora no Âmbito da Educação - Transportes Escolares

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de três de setembro de dois mil e vinte e cinco, relativa à **“Aprovação do Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Caminha e Junta de Freguesia de Riba de Âncora no Âmbito da Educação - Transportes Escolares”**, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea k) do n.º1 do art.º25 da lei 75/2013 de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal autorizar a celebração de contratos de delegação de competências entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia, **propõe-se** que este órgão deliberativo conceda autorização para a celebração do Contrato Interadministrativo entre a Câmara Municipal de Caminha e Junta de Freguesia de Riba de Âncora, relativo a Transportes Escolares.

Não havendo inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 33 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.



Assembleia Municipal de Caminha

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 33 votos a favor.

h) – Aprovação do Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Caminha e a União das Freguesias de Venade e Azevedo no Âmbito da Educação - Transportes Escolares

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de três de setembro de dois mil e vinte e cinco, relativa à **“Aprovação do Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Caminha e a União das Freguesias de Venade e Azevedo no Âmbito da Educação - Transportes Escolares”**, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea k) do n.º1 do art.º25 da lei 75/2013 de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal autorizar a celebração de contratos de delegação de competências entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia, **propõe-se** que este órgão deliberativo conceda autorização para a celebração do Contrato Interadministrativo entre a Câmara Municipal de Caminha e a União das Freguesias de Venade e Azevedo, relativo a Transportes Escolares.

Não havendo inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 33 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 33 votos a favor.

i) – Aprovação do Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Caminha e a Junta de Freguesia de Vilar de Mouros no Âmbito da Educação - Transportes Escolares



Assembleia Municipal de Caminha

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de três de setembro de dois mil e vinte e cinco, relativa à **“Aprovação do Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Caminha e a Junta de Freguesia de Vilar de Mouros no Âmbito da Educação - Transportes Escolares”**, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea k) do n.º1 do art.º25 da lei 75/2013 de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal autorizar a celebração de contratos de delegação de competências entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia, **propõe-se** que este órgão deliberativo conceda autorização para a celebração do Contrato Interadministrativo entre a Câmara Municipal de Caminha e a Junta de Freguesia de Vilar de Mouros, relativo a Transportes Escolares.

Não havendo inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário. A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 33 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 33 votos a favor.

j) – Aprovação do Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Caminha e a União das Freguesias de Moledo e Cristelo para Organização das Atividades de Animação e Apoio à Família

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de três de setembro de dois mil e vinte e cinco, relativa à **“Aprovação do Contrato Interadministrativo entre Câmara Municipal de Caminha e a União das Freguesias de Moledo e Cristelo para Organização das Atividades de Animação e Apoio à Família”**, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.



Handwritten signature and initials in blue ink.

Assembleia Municipal de Caminha

Assim e porque nos termos da alínea k) do n.º1 do art.º25 da lei 75/2013 de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal autorizar a celebração de contratos de delegação de competências entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia, **propõe-se** que este órgão deliberativo conceda autorização para a celebração do Contrato Interadministrativo entre a Câmara Municipal de Caminha e a União das Freguesias de Moledo e Cristelo, relativo à Atividade de Animação e Apoio à Família.

Não havendo inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 33 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 33 votos a favor.

k) – Aprovação do Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil de Caminha

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, presente na reunião ordinária de dezassete de setembro de dois mil e vinte e cinco, relativa à “**Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil de Caminha**”, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea h), do n.º1, do art.º25, da lei 75/2013, de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal aprovar os planos e demais instrumentos estratégicos necessários à prossecução das atribuições do município, **propõe-se** que este órgão deliberativo aprove o “Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil de Caminha”.

O **Senhor Deputado Jorge Nande**, disse que, desde o início do mandato, tem alertado para a inexistência, há muitos anos, de um Plano Municipal de Emergência e



Assembleia Municipal de Caminha

Proteção Civil em Caminha. Referiu que, apesar das garantias dadas pelo Executivo ao longo do mandato, o plano apenas agora foi apresentado, após vários atrasos e correções.

Referiu o facto de o plano ter sido elaborado por uma empresa externa, demorando anos até estar concluído, e salientou que, mesmo assim, chegou à Assembleia Municipal incompleto, nomeadamente sem os anexos 3 e 4. Disse ainda, que esses anexos incluem informação relevante, como a identificação de empresas de risco no concelho e frequências operacionais da proteção civil.

Referiu ainda, que tais anexos não foram disponibilizados aos deputados, o que, no seu entendimento, compromete a transparência e impede os eleitos de conhecer integralmente o conteúdo do plano que lhes é submetido. Logo, não se conhecendo a totalidade da documentação, não está em condições de o aprovar. **(áudio 3.08.45 e 3.14.05 minutos da gravação).** -----

O Senhor Deputado Abilio Cerqueira, disse que o Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil chegou tarde, mas salientou que os erros inicialmente identificados foram corrigidos, permitindo apresentar um documento aperfeiçoado e essencial para a segurança dos munícipes. Referiu que o plano contém orientações para atuar em emergências, incluindo catástrofes naturais, sendo fundamental num contexto em que estes fenómenos tendem a intensificar-se.

Disse ainda, que o plano deve ser divulgado de forma acessível à população e acompanhado de exercícios práticos que envolvam não apenas os agentes de proteção civil, mas também os próprios munícipes, que constituem a primeira linha de resposta em caso de emergência. Referiu ainda, importante que tais exercícios permitam avaliar a prontidão operacional e identificar eventuais melhorias necessárias. Terminou a dizer que o voto favorável, atendendo ao parecer positivo da Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil e às correções introduzidas na versão final do documento. **(áudio 3.14.17 e 3.17.26 minutos da gravação).** -----

A Senhora Deputada Paula Aldeia, disse que o Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil de Caminha, há muito aguardado, foi finalmente apresentado e aprovado pela Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil. Disse ainda, que o Partido Socialista votará favoravelmente o documento.



Assembleia Municipal de Caminha

Relativamente à ausência dos anexos mencionados pelo Deputado Jorge Nande, solicitou esclarecimento ao Presidente da Câmara quanto ao motivo de esses anexos não terem sido incluídos na proposta. **(áudio 3.17.45 e 3.18.26 minutos da gravação)**. -----

O **Senhor Presidente da Câmara, Rui Lages**, disse que, o Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil é um documento estratégico para o Concelho, tendo sido amplamente trabalhado, revisto e alterado, incluindo contributos recolhidos durante o processo e após parecer favorável da Comissão Municipal de Proteção Civil. Disse ainda, que o plano foi igualmente submetido à Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil, cujas sugestões foram integradas na versão final.

Disse também, que determinadas partes do documento são reservadas, nos termos da Resolução n.º 30/2015, da Lei n.º 26/2016 e da Lei n.º 58/2019, por envolverem informação sensível, como inventário de meios e recursos ou listas de contactos, cuja divulgação pode afetar a eficácia operacional.

Referiu ainda que tem sido recorrente verificarem-se documentos municipais chegarem à comunicação social antes de serem discutidos e votados em reunião de Câmara, incluindo assinaturas e identificação de técnicos. Referindo que tal situação é especialmente preocupante quando estão em causa áreas reservadas de planos desta natureza. **(áudio 3.18.35 e 3.20.40 minutos da gravação)**. -----

O **Senhor Deputado Jorge Nande**, fez um pedido de esclarecimento, e disse se existe efetivamente uma Comissão Municipal de Proteção Civil e, caso exista, quem representa a Assembleia Municipal nesse órgão, uma vez que a Assembleia não elegeu qualquer membro para esse efeito, apesar de a lei o exigir.

Disse ainda ao Senhor Presidente da Câmara sobre os documentos municipais que teriam sido divulgados à comunicação social antes de serem votados. Perguntou se tal observação significa que funcionários municipais teriam fornecido informação a órgãos de comunicação social, ou se o Presidente sugeria outra possibilidade. Referiu ainda a hipótese de ter sido algum dos vereadores a transmitir os documentos, sublinhando que a informação pública não está, por regra, sujeita a proibição, salvo disposição legal em contrário.



Assembleia Municipal de Caminha

Por fim, perguntou ao Presidente da Câmara sobre que fundamento teria para presumir falta de seriedade por parte de outros eleitos, rejeitando qualquer insinuação nesse sentido. **(áudio 3.20.48 e 3.23.06 minutos da gravação)**. -----

O Senhor Presidente da Câmara, Rui Lages, disse que, a urbanidade e a correção devem pautar todas as intervenções. Referiu que a boa educação não se aprende na escola, mas vem da formação recebida em família, observando que algumas pessoas parecem não a demonstrar.

Disse que teve conhecimento de documentos municipais que foram entregues à comunicação social antes de serem discutidos em reunião de Câmara. Disse ainda, o facto de não terem sido resguardados os nomes e assinaturas dos técnicos, considerando que, no mínimo, tal identificação deveria ter sido rasurada antes da divulgação. Lembrou que a Comissão de Proteção de Dados tem reiterado orientações nesse sentido. Termina, apelando a que exista maior cuidado por parte dos intervenientes e dos órgãos de comunicação social. **(áudio 3.23.12 e 3.24.39 minutos da gravação)**. -----

O Senhor Deputado Jorge Nande, disse que a referência que anteriormente fizera à mãe do Presidente da Câmara não teve qualquer sentido depreciativo. Disse ainda, que o Presidente da Câmara, na intervenção seguinte, colocou em causa a educação que recebeu e a sua família, o que considerou inadequado, uma vez que o Presidente não o conhece pessoalmente nem conhece a sua família.

Referiu que, o seu percurso político se afastou do partido referido por discordância com comportamentos e declarações de antigos responsáveis políticos, e, que os gestos ficam com quem os pratica e que, no seu entendimento, o Presidente da Câmara não respondeu às questões que lhe colocou, tendo ofendido a honra e consideração da sua família. Para terminar, disse que as palavras do Presidente não o afetam pessoalmente. **(áudio 3.24.47 e 3.26.26 minutos da gravação)**. -----

O Senhor Presidente da Câmara, Rui Lages, disse que, em nenhum momento, insultou o Deputado referido nem ofendeu a sua honra ou consideração pessoal.

Disse que as suas palavras não foram dirigidas pessoalmente ao Deputado e que situações semelhantes já ocorreram anteriormente, e, que, provavelmente, esta será a



Assembleia Municipal de Caminha

última vez que tal sucede. Termina a agradecer a colaboração prestada ao longo da legislatura e manifestando que foi um gosto trabalhar com o Deputado na Assembleia. **(áudio 3.26.46 e 3.27.14 minutos da gravação).** -----

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 21 votos a favor, 0 votos contra e 12 abstenções.

O **Senhor Deputado Ricardo Cunha**, fez declaração de voto e disse que a coligação “O Concelho em Primeiro” optou pela abstenção relativamente ao Plano Municipal de Emergência e Proteção Civil, porque, durante quase todo o mandato, se discutiu a necessidade de dispor de um plano atualizado e operacional. Referiu que, apesar de o plano ser útil, continua incompleto, faltando anexos importantes. Disse ainda, que o Concelho esteve quatro anos sem qualquer plano e que, entre não ter nenhum e ter um plano incompleto, a coligação entendeu que a abstenção era a posição mais adequada. **(áudio 3.29.04 e 3.29.49 minutos da gravação).** -----

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 33 votos a favor.

I) – Implementação de Sinalética de Trânsito na Rua do Paço- Freguesia de Âncora

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de dezassete de setembro de dois mil e vinte e cinco, relativa à “**Implementação de Sinalética de Trânsito na Rua do Paço- Freguesia de Âncora**”, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea g), do n.º1, do art.º25, da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal aprovar as posturas com eficácia externa do município, **propõe-se** que este órgão deliberativo autorize aprovar, a



Assembleia Municipal de Caminha

“Implementação de Sinalética de Trânsito na Rua do Paço- Freguesia de Âncora”
como se indica:

- Dois sentidos de trânsito;
- Implementação de duas lombas redutoras de velocidade de acordo com o mapa anexo que fica a fazer parte integrante da ata;
- Implementação de sinalética vertical e horizontal de acordo com o mapa anexo que fica a fazer parte integrante da ata;
- Marcação de linha descontinua e continua no centro da faixa de rodagem e junto ao limite da faixa de rodagem, em toda a extensão do arruamento de acordo com o mapa anexo que fica a fazer parte integrante da ata;
- Implementação de linhas de paragem em intersecção de acordo com o mapa anexo que fica a fazer parte integrante da ata.

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Âncora, Peter Martins, disse ao Presidente da Câmara, que a Junta poderia ter prestado um contributo mais completo na matéria em análise. Porque com a ausência de lombas e com a inexistência de limitação de velocidade para 30 km/h junto ao cruzamento com a Rua Doutor Teixeira de Queiroz.

Disse ainda, que não compreende por que motivo não foram previstas lombas ou redução de velocidade na zona do Jardim de Infância, considerada sensível e com circulação diária de vários membros da Assembleia. **(áudio 3.31.11 e 3.32.10 minutos da gravação).** -----

O Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro, disse que ouviu atentamente a intervenção do Presidente da Junta, no entanto, não ficou esclarecido quanto ao posicionamento concreto da Junta de Freguesia relativamente à proposta em apreciação.

Disse ainda, que historicamente, a CDU tem respeitado as posições dos Presidentes de Junta, razão pela qual considera essencial que este explicita claramente o seu parecer sobre a matéria. **(áudio 3.32.46 e 3.33.16 minutos da gravação).** -----

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Âncora, Peter Martins, disse que a proposta apresentada padece de uma falha grave, considerando que o documento se



Assembleia Municipal de Caminha

encontra incompleto. Disse ainda que, embora não esteja contra a intervenção em si, verifica a ausência de elementos essenciais, nomeadamente a indicação das lombas a implementar.

Referiu que, apesar de lhe terem sido solicitadas opiniões informais sobre a localização das lombas, entende que a sessão não é o momento adequado para proceder a alterações deste tipo, uma vez que o que se encontra em apreciação são documentos formais, pelo que, se irão abster. **(áudio 3.33.30 e 3.34.34 minutos da gravação).** -----

O Senhor Deputado Abilio Cerqueira, disse que votaria contra a proposta, ainda que tal lhe custasse, justificando a sua posição em defesa do Presidente da Junta de Freguesia. Referiu que a implementação da sinalética na Rua do Paço é apresentada apenas como resultado de uma proposta de um técnico municipal, limitada a indicar sinais, lombas e marcações no pavimento, sem identificação completa, constando apenas uma assinatura ilegível.

Disse ainda, que a proposta carece de qualquer fundamentação ou nota explicativa que justifique as opções técnicas apresentadas, e, que não foi disponibilizada a posição formal da Junta de Freguesia de Âncora, não tendo a Assembleia garantia de que esta tenha sido devidamente auscultada. Pelo que, as propostas não devem ser apresentadas sem documentação de suporte e sem posição expressa da Junta de Freguesia, órgão que, no seu entendimento, deve pronunciar-se documentalmente sobre todas as matérias que digam respeito ao território da freguesia. Por estas razões, vota contra. **(áudio 3.35.06 e 3.37.01 minutos da gravação).** -----

O Senhor Deputado Jorge Nande, disse que a necessidade de criação, no Concelho, de uma Comissão Municipal de Trânsito, com participação de membros da Assembleia Municipal, que esta inexistência tem conduzido, ao longo dos anos, a sucessivas decisões avulsas e desconexas em matéria de trânsito. Porque, as propostas apresentadas nesta legislatura revelam falta de organização interna dos serviços municipais.

Logo, a ausência de informação clara sobre a qualificação técnica do responsável pela elaboração da proposta, que tais matérias devem ser instruídas por pareceres de entidades competentes, incluindo forças de segurança e a Junta de Freguesia.



Assembleia Municipal de Caminha

Disse ainda que, por lei, a Junta tem responsabilidades na conservação da sinalização, e, que a proposta contém elementos incoerentes, designadamente a indicação de dois sentidos de trânsito numa rua que, na prática, não os tem.

Para terminar, disse que a legislatura termina sem que tenha sido elaborado um plano municipal estruturado nesta matéria, expressando a expectativa de que, no futuro, seja adotada uma postura de trânsito para todo o Concelho, permitindo depois introduzir ajustamentos pontuais conforme necessário. **(áudio 3.37.12 e 3.40.30 minutos da gravação)**. -----

O **Senhor Presidente da Câmara, Rui Lages**, disse que a requalificação da Rua do Paço já se encontra concluída, razão pela qual se torna necessária a aprovação de uma nova postura de trânsito, adequada à realidade atual da via. Referiu que, segundo informação transmitida pelos serviços municipais, a Junta de Freguesia terá sido ouvida no local durante a execução da obra, tendo então manifestado a sua opinião quanto à futura postura de trânsito. Referiu ainda que caso essa informação fosse incorreta, tal significaria que os serviços o teriam informado de forma errada.

Disse também que, não sendo aprovada qualquer postura na presente sessão, a artéria permanecerá sem regulamentação até à próxima reunião da Assembleia Municipal, previsivelmente em novembro ou dezembro. Disse ainda que as questões levantadas se prendem essencialmente com a eventual instalação de duas lombas adicionais, o que pode ser introduzido posteriormente sem prejuízo da postura agora proposta.

Para terminar, disse que não foram apresentadas objeções ao conteúdo da postura em si, mas apenas sugestões de reforço, e o risco de deixar a Rua do Paço sem qualquer sinalização durante vários meses, entende que não se justifica criar uma controvérsia excessiva em torno desta matéria. **(áudio 3.40.42 e 3.42.35 minutos da gravação)**. -----

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, fez um pedido de esclarecimento e disse que, após a intervenção do Presidente da Câmara, persistem dúvidas quanto à efetiva audição da Junta de Freguesia. E, disse que é importante clarificar se o Presidente da Junta foi ou não ouvido e qual o parecer que eventualmente tenha



Assembleia Municipal de Caminha

emitido, porque tal informação condiciona a decisão de voto dos deputados. **(áudio 3.43.06 e 3.43.29 minutos da gravação)**. -----

O **Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Âncora, Peter Martins**, disse que se irá abster por uma questão de responsabilidade, entendendo que as decisões devem ser tomadas com ponderação. Disse ainda que era a segunda vez que sentia ver colocadas em causa as informações que transmite ao órgão, recordando um episódio anterior relativo às obras das Águas do Norte.

Referiu também, não ter recebido qualquer comunicação formal sobre o assunto em discussão. No entanto, poderá ter havido alguma troca de impressões no local, mas, terá sido apenas de forma muito superficial. **(áudio 3.43.44 e 3.44.49 minutos da gravação)**. -----

O **Senhor Presidente da Câmara, Rui Lages**, disse que, embora não tenha ocorrido uma reunião formal, existiram conversações com a Junta de Freguesia, através da auscultação realizada por um técnico municipal e das visitas regulares do Presidente da Junta à artéria em causa. E, nesse contexto, a Junta não manifestou oposição à proposta apresentada.

Disse aos Senhores Deputados Municipais, que a Junta pretende, inclusive, reforçar as medidas, com a eventual colocação de duas lombas adicionais junto ao Jardim de Infância. Ora, essas melhorias poderão ser equacionadas posteriormente, desde que seja aprovada, nesta fase, a postura de trânsito constante da proposta. **(áudio 3.44.58 e 3.45.42 minutos da gravação)**. -----

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 20 votos a favor, 02 votos contra e 11 abstenções.

O **Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Manuel Luís**, fez declaração de voto e disse que de acordo com o mapa apresentado, a circulação deverá ocorrer



Assembleia Municipal de Caminha

entre 30 e 50 km/h, entendendo que tais limites salvaguardam adequadamente a segurança rodoviária.

No entanto, a zona carece de melhorias ao nível da sinalização, especialmente devido à proximidade da escola, logo, é pertinente a instalação de medidas adicionais de acalmia de tráfego, nomeadamente passadeiras devidamente sinalizadas e eventualmente uma lomba, ainda que esta deva ser cuidadosamente ponderada devido à existência de curvas na via, indicando que poderá ter maior utilidade a instalação de uma lomba na zona de reta junto à entrada para o parque de campismo. Para terminar, disse que apesar de a proposta satisfazer os requisitos de segurança, importa reforçar a sinalética, apelando a que a Junta de Freguesia desenvolva esforços nesse sentido. **(áudio 3.46.48 e 3.48.03 minutos da gravação).** -----

O **Senhor Deputado Vitor Brás**, fez declaração de voto e disse que o seu voto favorável, revela sentido de responsabilidade, por estabelecer uma postura de trânsito necessária para regular a circulação na localidade em causa. Reconhece a pertinência da medida, atendendo à proximidade da escola e ao elevado movimento de crianças, pais e viaturas, sobretudo nos períodos de maior fluxo.

Para terminar, concorda com a necessidade de atenção reforçada a essas condições específicas e destacou que o Presidente da Câmara manifestou abertura para, após a implementação da postura de trânsito agora aprovada, proceder a eventuais melhorias, sempre que tal se revele adequado. **(áudio 3.48.13 e 3.49.16 minutos da gravação).** -----

A **Segunda Secretária da Mesa, Sónia Lajoso**, fez declaração de voto e disse que o seu voto favorável, deve-se a que esta intervenção em causa era há muito necessária para a respetiva localidade. No entanto, aproveita o momento para se despedir do órgão, lembrando que iniciou funções quando o seu filho tinha poucos dias de vida e que agora o deixa já com 16 anos. Disse que, as amizades construídas ao longo dos anos e o trabalho desenvolvido com três Presidentes da Câmara e três Presidentes da Assembleia Municipal, bem como com muitos membros já falecidos.

Referiu que, na sessão, foram aprovados votos de pesar e apelou a que, no futuro, todos mantenham o respeito mútuo no exercício das funções. Pediu desculpa por



Assembleia Municipal de Caminha

qualquer eventual incorreção da sua parte e sublinhou que, muitas vezes, não pôde intervir como desejaria.

E, tendo sido abordadas questões relacionadas com a família e a honra pessoal, deixou um apelo para que a esfera familiar seja sempre preservada, censurando tentativas anónimas de a atingir através do seu filho. A esses anónimos dirigiu votos de felicidade.

Terminou afirmando que continuará a acompanhar os trabalhos enquanto cidadã e que este poderá não ser um adeus definitivo. **(áudio 3.49.25 e 3.52.23 minutos da gravação).** -----

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 33 votos a favor.

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **PRESIDENTE DA MESA** que esta foi a última reunião ordinária da Assembleia Municipal da legislatura 2021-2025 e assinalou igualmente o fim da sua atividade política ativa. Referiu ter dedicado 50 anos ao serviço público, iniciados em 1975, exercendo, desde então, diversos cargos autárquicos, culminando na presidência da Assembleia Municipal de Caminha.

Assinalou que esta legislatura foi marcada por reuniões numerosas, elevado número de requerimentos e extensa documentação disponibilizada, reconhecendo não ter conseguido implementar uma Assembleia “sem papel”. Disse ainda que, apesar de momentos mais acalorados, todas as reuniões terminaram regularmente, sem impugnações, e que todas as queixas apresentadas ao Ministério Público e aos tribunais foram arquivadas, não tendo sido detetada qualquer irregularidade.

Referiu ter procurado atuar com rigor, isenção e disponibilidade, realçando o respeito pelas minorias. Expressou agradecimentos aos funcionários da Câmara Municipal, com especial destaque para Anabela Monteiro, pela colaboração e dedicação ao longo da legislatura, bem como aos membros da Mesa.

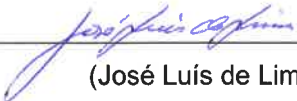
Dirigiu votos de felicidades e saúde a todos os que continuam na vida política, incentivando-os a prosseguir a defesa da democracia e da liberdade e procedeu à distribuição de um livro com documentação histórica relevante sobre Caminha. Por fim, declarou encerrada a Sessão, quando eram 01H00M, do dia 27 de setembro de



Assembleia Municipal de Caminha

2025, da qual, para constar e por estar conforme, se lavrou a presente Ata, que vai ser assinada pelos membros da Mesa e por mim, Anabela Maria Fernandes da Cruz Pereira Monteiro, funcionária de apoio à Assembleia Municipal, que a lavrei.

O Presidente



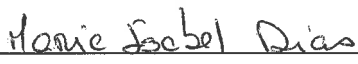
(José Luís de Lima)

O Primeiro Secretário



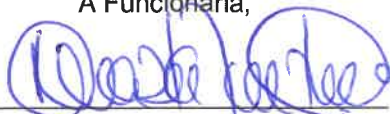
(Nuno Brás Costa Pereira)

A Segunda Secretária



(Maria Isabel Dias)

A Funcionária,



(Anabela Pereira Monteiro)